



## **EDUCAÇÃO E EMPODERAMENTO: A ESCOLA FORMAL E NÃO FORMAL NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA FEMININA**

### **Eva Correa da Costa**

Licenciada em Letras - Português e Licenciada em Teatro pela Universidade Federal do Pará (2009), Tecnóloga em Alimentos pela Universidade Estadual do Pará (2009), Especialista em Linguagem e Educação - UFPA (2011), Mestranda em Cidades, Territórios e Identidades/PPGCITI, Campus de Abaetetuba - UFPA.

E-mail: evabreno10@gmail.com

### **Rosângela do Socorro Nogueira de Sousa**

Graduada em Letras pela Universidade Federal do Pará (2003), mestra em Letras: Linguística pela Universidade Federal do Pará (2007) e doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (2016). Líder do Grupo de Pesquisa em Discurso e Relações de Poder (DIRE), associada da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e da Asociación de Estudios sobre Discurso y Sociedad (EDiSo/Espanha). Professora de ensino superior da Universidade Federal do Pará - Campus de Bragança. Docente no Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI) - UFPA - Campus de Abaetetuba.

E-mail: rsns@ufpa.br

### **Orlando Nobre Bezerra de Souza**

Graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (1982), Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (1994) e Doutorado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000), com aprofundamento de estudos em Sociologia das Organizações Escolares na Universidade do Minho, em Portugal. Atualmente é Pesquisador e Docente Associado IV do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, no Campus do Guamá, em Belém.

### **Carlos Breno Correa Coelho**

Graduação em Engenharia Química pela Universidade Federal do Pará (2014), Graduação em Letras pela Faculdade Integrada de Araguatins (2012).

### **Odileia Correa Costa**

Graduação em Letras pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2023). Professora de educação básica da rede municipal de ensino.

## **RESUMO**

O presente artigo investiga a contribuição da educação formal e não formal para o empoderamento feminino, enfatizando seu papel na promoção da autonomia e na busca pela igualdade de gênero. Analisar essas modalidades de ensino pode ajudar a desconstruir estereótipos e fortalecer a presença feminina em diversas esferas. Por meio de uma revisão da literatura e da análise de casos práticos, avaliamos o impacto positivo da educação na autoestima e nas habilidades de liderança das mulheres, além de identificar e discutir os obstáculos enfrentados para o acesso e a permanência delas em instituições educacionais. Os resultados revelam que, embora a educação seja um caminho eficaz para a emancipação das mulheres, ainda existem barreiras significativas a serem superadas para que elas possam realizar seu pleno potencial. Isso reforça a urgência de políticas públicas e iniciativas sociais que promovam uma educação inclusiva e equitativa. Dessa forma, a educação se configura como um



## II CONGRESSO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR

elemento essencial para o empoderamento, ampliando as oportunidades e fortalecendo a capacidade das mulheres de desafiar e transformar padrões socioculturais que restringem seu desenvolvimento integral.

**Palavras-chave:** Educação Formal. Educação Não Formal. Empoderamento Feminino. Autonomia. Igualdade de Gênero.



## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, houve avanços consideráveis na discussão e na implementação de políticas voltadas à equidade de gênero. Entretanto, a trajetória em direção à plena autonomia das mulheres ainda é obstaculizada por barreiras sociais, culturais e econômicas. A educação se destaca como uma estratégia fundamental para mudar essa realidade, desempenhando um papel vital tanto no desenvolvimento individual quanto coletivo das mulheres. Assim, este artigo busca refletir sobre como a educação formal e não formal influencia a construção da autonomia feminina, avaliando seus efeitos no empoderamento e na participação das mulheres na sociedade.

O empoderamento feminino é compreendido como um processo pelo qual as mulheres obtêm maior controle sobre suas vidas, tornando-se protagonistas de seu próprio destino. Esse processo envolve o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos, a conquista de direitos e a ampliação das oportunidades de participação social e econômica. Em meio às desigualdades históricas e estruturais, a educação se revela uma ferramenta poderosa para promover essas conquistas, fornecendo às mulheres os recursos necessários para desafiar e superar as barreiras que restringem seu potencial.

A educação formal, que se caracteriza pela sua estrutura institucional, currículos definidos e certificações, é reconhecida por oferecer competências técnicas e teóricas essenciais. No entanto, muitas vezes, ela opera em um ambiente que ainda perpetua valores e práticas que podem reproduzir desigualdades de gênero, necessitando, portanto, de abordagens críticas e inclusivas. Em contrapartida, a educação não formal, que ocorre fora dos padrões tradicionais, proporciona um espaço flexível e inovador onde as mulheres podem explorar suas habilidades de forma livre e adaptadas às suas realidades. Exemplos desta modalidade incluem programas comunitários, workshops de capacitação e iniciativas de aprendizagem online, que são mostrados eficazes em complementaridade à formação formal, especialmente para aqueles que enfrentam dificuldades de acesso à educação regular.

Neste artigo, buscamos analisar que maneiras dessas duas abordagens educacionais favorecem o desenvolvimento da autoestima e da liderança entre mulheres, fornecendo as ferramentas possíveis para que elas se tornem protagonistas de suas próprias histórias. Contudo, o processo de educação e empoderamento feminino enfrenta obstáculos consideráveis, como a desigualdade no acesso e na permanência, preconceitos de gênero e pressão social. Portanto, é essencial identificar e promover práticas eficazes e iniciativas bem-sucedidas que impactem positivamente a vida de meninas e mulheres.

Diante desse contexto, este estudo destaca a complexidade da educação como um instrumento de autonomia feminina. Ao investigar a relação entre escolarização e empoderamento, temos a chance



de desafiar normas socioculturais arraigadas que historicamente restringem o pleno desenvolvimento das mulheres. Além disso, propomos reflexões sobre a criação de políticas públicas que incentivem a inclusão de perspectivas de gênero nos currículos, assim como programas que ampliem o acesso ao aprendizado ao longo da vida.

Assim, o artigo sustenta a tese de que a educação, tanto formal quanto não formal, é um dos principais meios para o empoderamento feminino. Ao disponibilizar conhecimento e ampliar oportunidades, a educação fortalece a capacidade das mulheres de serem autoras de suas próprias narrativas, desempenhando, portanto, um papel crucial na promoção da igualdade de gênero. Esta reflexão se baseia em um diálogo com a literatura existente e em resultados de pesquisas empíricas que demonstram os efeitos transformadores da educação na vida das mulheres. Dessa forma, esperamos contribuir para uma visão mais crítica e abrangente sobre as estratégias possíveis para avançar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para entender a importância da educação na promoção da autonomia das mulheres, é fundamental examinar os conceitos de educação formal e não formal, além de suas peculiaridades e contribuições para o desenvolvimento pessoal e social feminino. A educação formal é tipicamente associada ao ensino estruturado, oferecido por instituições como escolas e universidades. Ela prepara os indivíduos para o mercado de trabalho, fornecendo uma base teórica e técnica que pode ser utilizada em diversas áreas profissionais. Freire (2000) destaca que a educação deve ultrapassar a mera transmissão de conteúdos, focando na formação de indivíduos críticos que possam transformar sua realidade. No que diz respeito à formação das mulheres, isso implica a necessidade de incorporar questões de gênero nas práticas educativas, promovendo um ambiente de igualdade e respeito mútuo.

A educação não formal, por outro lado, ocorre em contextos menos estruturados, permitindo uma abordagem mais prática e adaptada ao aprendizado. Sérgio Haddad (2000) argumenta que a educação não formal complementa a educação tradicional, principalmente ao desenvolver habilidades e competências não completamente abordadas nas escolas convencionais. Nos programas de educação não formal, as mulheres frequentemente têm a oportunidade de discutir temas relevantes para suas vidas, como direitos, saúde reprodutiva e liderança, em um ambiente que favorece a interação comunitária e o compartilhamento de experiências.

Essas duas formas de ensino são essenciais para o empoderamento feminino, cada uma trazendo contribuições distintas. A educação formal é vista como uma via para oportunidades econômicas, enquanto a educação não formal favorece o desenvolvimento pessoal e social. Para a autora Gohn (2010) ambas as abordagens atuem em sinergia para potencializar os efeitos no fortalecimento da



autonomia feminina e tendem a favorecer da equidade de gênero.

Outro aspecto relevante na discussão sobre a educação como instrumento de empoderamento é a construção social do gênero e seu efeito sobre o acesso e a permanência das mulheres em ambientes educacionais. Joan Scott (1995) argumenta que o gênero é uma categoria de análise histórica que molda a distribuição de oportunidades educacionais, frequentemente favorecendo os homens em detrimento das mulheres. Portanto, compreender as dinâmicas de gênero é crucial para a formulação de políticas educacionais verdadeiramente inclusivas e equitativas.

A educação, portanto, se configura como um espaço de resistência e mudança, onde é possível questionar estereótipos e criar narrativas. Bell Hooks (2013) defende que a educação possui a capacidade de desafiar normas opressoras ao proporcionar às mulheres as ferramentas possíveis para que possam questionar e redefinir suas posições na sociedade. Essa forma de resistência se manifesta não apenas nas salas de aula, mas também em contextos não formais, como grupos de discussão, workshops e atividades comunitárias, que incentivam a participação ativa das mulheres na busca por soluções para suas vidas.

Apesar dos claros benefícios, o caminho para o empoderamento feminino por meio da educação enfrenta diversos desafios. Barreiras institucionais, preconceitos culturais e limitações financeiras muitas vezes dificultam o acesso e a permanência das mulheres em ambientes educacionais. Segato (2014) enfatiza a importância de combater essas dificuldades através de políticas educacionais que promovam a inclusão e a valorização das diferenças, garantindo que todas as pessoas, independentemente de gênero, tenham suas necessidades e potencialidades reconhecidas e desenvolvidas.

Em resumo, a revisão da literatura apresentada reforça que tanto a educação formal quanto a não formal desempenham um papel crucial no empoderamento feminino. Ela oferece os recursos indispensáveis para que as mulheres possam maximizar suas potencialidades, rompendo as barreiras impostas pelas normas tradicionais de gênero. Esse potencial transformador é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. As contribuições deste ressaltam a necessidade de um estudo de envolvimento em práticas educacionais contínuas que sejam inclusivas, críticas e voltadas para a transformação social.

## 2 METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica exaustiva. A pesquisa qualitativa é apropriada quando se busca entender contextos complexos e



fenômenos sociais, como o empoderamento feminino através da educação. Collins (2019) destaca que a metodologia qualitativa, ao permitir a análise de narrativas e a compreensão das experiências das mulheres na educação, pode trazer insights profundos sobre a eficácia de várias práticas pedagógicas.

Os dados foram coletados por meio de uma revisão sistemática da literatura existente sobre educação formal, educação não formal e empoderamento feminino. Foram consultadas bases de dados como Scielo, Google Scholar e periódicos especializados na área de educação e estudos de gênero, focando em publicações nos últimos cinco anos para garantir a atualidade das informações. Além disso, foram incluídas contribuições clássicas de autores como Paulo Freire e Tadeu de Sousa Santos, cujas teorias são fundamentais para o entendimento crítico da educação como ferramenta de transformação social.

Para a análise dos dados, utilizamos uma abordagem interpretativa, conforme sugerido por Bardin (2018), focando na identificação de padrões e temas comuns que surgem nos textos revisados. A análise envolveu a busca por evidências sobre o impacto da educação na vida das mulheres, enfatizando aspectos como autoestima, habilidades de liderança e a desconstrução de estereótipos de gênero. A partir dessa análise, buscamos sintetizar como a educação formal e não formal contribuem para o empoderamento feminino, bem como identificar os principais desafios enfrentados nesse processo.

A literatura revisada destaca o papel crucial das instituições de ensino formal na promoção do empoderamento feminino. Segundo Freire (1996), a educação é um ato de liberdade que capacita os indivíduos a transformar sua realidade. Estudos recentes, como os de Smith et al. (2023), mostram que o acesso à educação formal amplia o poder de escolha das mulheres e fortalece sua presença no mercado de trabalho, promovendo equidade de gênero. A educação não formal, por sua vez, tem se revelado igualmente poderosa no processo de empoderamento feminino. Programas educativos comunitários e oficinas específicas têm proporcionado às mulheres a oportunidade de desenvolver habilidades práticas e fortalecer redes de apoio. De acordo com Fernandes (2021), a educação não formal oferece um espaço seguro para a troca de experiências e a construção de novas identidades femininas.

Apesar dos avanços, os estudos apontam para barreiras persistentes que dificultam o pleno acesso das mulheres à educação. As desigualdades socioeconômicas, a discriminação de gênero e as responsabilidades domésticas são alguns dos desafios destacados por Santos (2020) como fatores que ainda limitam a permanência e a ascensão das mulheres no ambiente escolar. A necessidade de políticas públicas mais inclusivas e programas de apoio específicos é amplamente mencionada como



essencial para a superação desses obstáculos.

Este estudo adota uma metodologia qualitativa com enfoque na revisão bibliográfica, estratégia apropriada para a exploração de fenômenos sociais complexos como o empoderamento feminino através das diferentes modalidades de educação. A pesquisa qualitativa é escolhida por sua capacidade de proporcionar uma compreensão profunda das experiências humanas e contextos sociais dinâmicos, essenciais para a análise do impacto educacional nos processos de autonomia feminina.

A escolha pelo método de revisão bibliográfica se dá pelo desejo de mapear e analisar sistematicamente as contribuições acadêmicas existentes sobre o tema, permitindo uma síntese integrada das diversas perspectivas teóricas e empíricas sobre a interação entre educação formal, não formal e empoderamento. Segundo Gil (2017), "a revisão bibliográfica se destaca como um método valioso para a construção de fundamentação teórica, oferecendo um panorama robusto e atualizado das discussões contemporâneas".

A revisão de literatura foi realizada através da seleção criteriosa de artigos científicos, livros e teses publicadas em plataformas acadêmicas brasileiras nos últimos cinco anos, o que garante a contemporaneidade do estudo. Toda via, não podemos deixar de utilizar autores com: Freire e Minayo, que são referências ao se falar de emancipação e empoderamento usando como ferramenta a educação, e ao falarmos de metodologia. Assim sendo, buscamos abordar publicações do campo da educação e dos estudos de gênero, com ênfase em pesquisas que explorem o papel emancipatório da educação sob a ótica de teorias feministas. Além disso, integramos clássicos da pedagogia crítica e do pensamento educacional brasileiro, como as reflexões propostas por Paulo Freire e Tadeu de Sousa Santos, cujas obras oferecem um alicerce teórico robusto para esta discussão.

A metodologia qualitativa permite a análise interpretativa dos dados coletados, destacando temas e padrões recorrentes que emergem das fontes selecionadas. Segundo Minayo (2018), "a interpretação dos dados na pesquisa qualitativa requer atenção ao contexto e significado das informações", permitindo uma compreensão mais rica das dinâmicas subjacentes ao empoderamento feminino através da educação.

Neste estudo, utilizamos técnicas de análise de conteúdo para identificar e categorizar as ideias principais emergentes dos textos revisados. Este enfoque é particularmente útil para delinear as diferentes formas de educação que influenciam o empoderamento feminino, bem como para destacar as barreiras e desafios enfrentados por mulheres em contextos educacionais diversos. A análise de conteúdo possibilita, assim, "uma abordagem sistemática para reduzir e interpretar dados textuais através de identificação de temas, padrões e significados" (Bardin, 2018).



Ademais, a revisão bibliográfica foi estruturada para assegurar uma visão abrangente e plural das evidências disponíveis, considerando a diversidade de experiências e contextos das participantes do cenário brasileiro. Este enfoque busca evitar generalizações apressadas, reconhecendo as interseccionalidades que permeiam as experiências educativas de mulheres no Brasil, como raça, classe e localização geográfica. Por último, vale destacar que a metodologia adotada foi guiada por um compromisso ético e crítico em revisar e apresentar as informações de forma fiel e transparente, promovendo uma discussão acadêmica que respeite e valorize a diversidade das vozes e experiências femininas.

O conjunto das obras selecionadas e analisadas busca contribuir para a construção de um conhecimento que seja não apenas teórico, mas também aplicável, auxiliando a formulação de políticas públicas e práticas educativas que efetivamente promovam igualdade e autonomia para todas as mulheres. Dessa forma, espera-se que os insights gerados através desta revisão bibliográfica não apenas iluminem as discussões acadêmicas e políticas em torno da educação e empoderamento feminino, mas que também sirvam como base para futuras pesquisas que aprofundem e ampliem o entendimento sobre este tema vital na sociedade contemporânea.

### 3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados para este estudo se concentrou na revisão abrangente e sistemática de literatura acadêmica relevante, que incluiu artigos, teses, dissertações e livros conectados ao tema da educação e empoderamento feminino. O processo de coleta foi meticulosamente planejado de forma a garantir a inclusão de uma gama diversificada de fontes de informação, assegurando assim a profundidade e abrangência necessárias para uma análise crítica robusta. Inicialmente, delimitamos o escopo temporal das publicações para os últimos cinco anos, com o objetivo de capturar o estado atual das discussões e avanços no campo de estudo. No entanto, não descartamos a inclusão de obras clássicas e fundamentais que ofereçam suporte teórico essencial para o entendimento do tema, como os escritos de Paulo Freire sobre pedagogia crítica. Assim, foi possível alinhar o contexto histórico e contemporâneo dessas importantes questões.

Para assegurar a relevância e a qualidade dos materiais selecionados, as fontes foram extraídas de bases de dados acadêmicas reconhecidas, como o portal *SciELO*, Google Scholar, e teses e dissertações disponíveis em catálogos de universidades federais brasileiras. A seleção foi orientada por palavras-chave específicas como "empoderamento feminino", "*educação formal*", "*educação não formal*", "*autonomia feminina*" e "igualdade de gênero". Essa abordagem sistemática possibilitou o



levantamento de mais de cem referências iniciais, que foram posteriormente filtradas com base em critérios de relevância, originalidade e impacto no campo investigado.

Entre as práticas utilizadas na coleta de dados, destacam-se a leitura exploratória, que ajudou a identificar documentos chave, seguida da leitura analítica e crítica que possibilitou um entendimento mais aprofundado das discussões apresentadas. Bardin (2018) reforça que "a leitura crítica e direcionada das fontes é essencial para identificar as contribuições mais significativas e condizentes com os objetivos da pesquisa". Ao longo do processo, buscamos assegurar a inclusão de diferentes perspectivas geográficas, raciais e socioeconômicas, refletindo a realidade multifacetada da educação para mulheres no Brasil. Isso foi particularmente importante para respeitar e validar as diversas vozes e experiências que compõem o contexto brasileiro, evitando enviesamentos que possam mascarar ou minimizar as experiências distintas enfrentadas por mulheres de diferentes povos e comunidades, especialmente as pertencentes a minorias ou grupos marginalizados.

Além de artigos empíricos e teóricos, a coleta incluiu estudos de caso concretos, que proporcionaram exemplos práticos de como a educação formal e não formal impactou positivamente mulheres em suas comunidades. Tais exemplos foram essenciais para reforçar as conclusões derivadas da revisão teórica, ilustrando as soluções efetivas e os obstáculos comuns enfrentados na implementação de programas educacionais. Outro fator crucial durante a coleta de dados foi a consideração das políticas públicas vigentes e suas implicações para o empoderamento feminino através da educação. Revisamos documentos oficiais que descrevem iniciativas governamentais e suas avaliações, buscando compreender as lacunas e oportunidades para melhorias. Por exemplo, analisamos o impacto de iniciativas como o Programa Mulheres Mil, uma política pública brasileira que oferece educação técnica e profissional como meio de inclusão social, conforme discutido por Lima (2020).

Em síntese, o processo de coleta de dados foi exaustivo e abrangente, com o objetivo de proporcionar uma base sólida e variada para a análise proposta neste estudo. As fontes coletadas e analisadas foram cuidadosamente selecionadas para garantir que tanto os métodos quanto os resultados pudessem ser considerados confiáveis, válidos e relevantes para a comunidade acadêmica e para o público em geral interessado na interseção entre educação e empoderamento feminino.

#### **4 ANÁLISE DOS DADOS**

A análise dos dados coletados foi realizada com base em uma abordagem qualitativa, utilizando técnicas de análise de conteúdo para identificar padrões, temas e significados emergentes nas fontes



revisadas. Bardin (2018) sugere que a análise de conteúdo é uma metodologia eficaz para decodificar mensagens contidas nos textos, permitindo uma interpretação profunda de discursos e ideologias, especialmente relevantes em estudos sobre educação e gênero.

Durante a análise, os materiais foram organizados em categorias temáticas criadas a partir dos objetivos de pesquisa, tais como o impacto da educação formal no empoderamento feminino, a relevância da educação não formal em contextos específicos e os principais obstáculos enfrentados por mulheres no acesso e permanência em ambientes educacionais. Esta categorização permitiu um exame mais sistemático das evidências e facilitou a identificação de tendências recorrentes nas discussões acadêmicas.

Foi adotado um enfoque analítico interpretativo, onde o conteúdo das obras foi examinado não apenas quanto às suas afirmações explícitas, mas também quanto às suas implicações e contextos implícitos. Esta fase do estudo envolveu uma leitura crítica dos dados, fomentando a identificação de contradições ou lacunas nas evidências apresentadas. Conforme reconhecido por Minayo (2018), o método interpretativo é vital para compreender os significados mais profundos e inter-relações entre os dados, enriquecendo o entendimento dos fenômenos sociais analisados.

A análise também se beneficiou da triangulação dos dados, comparando evidências de diferentes fontes para garantir consistência e validade das interpretações. O cruzamento de informações derivadas de artigos teóricos, estudos empíricos e políticas públicas forneceu uma estrutura robusta para confirmar os achados e garantir que as conclusões derivadas estivessem bem fundamentadas. Essa triangulação foi especialmente importante na abordagem de temas complexos como o impacto das desigualdades de gênero na educação.

Além disso, incluiu-se uma análise crítica das políticas educacionais e sociais analisadas, avaliando seus efeitos de curto e longo prazo no empoderamento das mulheres. A revisão das políticas governamentais, como mencionada por Lima (2020), proporcionou insights valiosos sobre a eficácia e as limitações dos esforços institucionais em promover um ambiente educativo mais equitativo. Os dados foram então contextualizados à luz de teorias feministas e educacionais, utilizando os princípios da pedagogia crítica de autores como Paulo Freire. Essa contextualização teórica permitiu um aprofundamento na análise das dinâmicas de poder que influenciam o acesso à educação e suas repercussões em termos de autonomia feminina. As ideias de Freire sobre educação como prática de liberdade ofereceram um quadro conceitual potente para explorar como tanto as modalidades de educação formal quanto as não formais podem facilitar ou dificultar o empoderamento.

Além de identificar tendências, a análise buscou destacar exemplos de boas práticas e



iniciativas inovadoras que têm potencial para serem replicadas em outros contextos. Essa prática analítica é importante para oferecer recomendações práticas e baseadas em evidências para formuladores de políticas, educadores e ativistas sociais. Em síntese, a análise dos dados foi orientada por um compromisso com a profundidade e rigor acadêmicos, fornecendo uma interpretação rica das fontes e integração de diferentes perspectivas e contextos. A abordagem adotada procurou não apenas sintetizar o conhecimento existente, mas também agregar valor ao debate acadêmico e social sobre o empoderamento feminino por meio da educação. A análise resultante busca contribuir para a construção de um entendimento mais pleno e desenvolvido dos desafios e oportunidades no campo educacional em relação aos direitos e aspirações das mulheres.

## **5 RESULTADOS**

### **5.1 IMPACTO DA EDUCAÇÃO FORMAL**

A análise dos resultados obtidos na pesquisa evidencia a significativa contribuição da educação formal para o empoderamento feminino, embora revele também desafios persistentes que precisam ser enfrentados para que sua eficácia plena seja atingida. As instituições de ensino formal, como escolas e universidades, têm desempenhado um papel central na transformação das vidas das mulheres, promovendo não apenas o desenvolvimento de habilidades técnicas e acadêmicas, mas também ampliando suas oportunidades de participação social e econômica.

A influência positiva da educação formal no empoderamento feminino é apoiada por diversos estudos que mostram como a escolarização das mulheres resulta em maiores taxas de empregabilidade, autonomia econômica e capacidade de decisão. De acordo com um relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), há uma correlação direta entre o nível educacional das mulheres e sua inserção no mercado de trabalho qualificado (INEP, 2020). Isso reforça a ideia de que a educação formal não apenas abre portas para oportunidades profissionais, mas também contribui para a igualdade de gênero ao permitir que as mulheres desafiem restrições sociais e econômicas tradicionais.

No entanto, a análise também revela que a mera presença das mulheres em ambientes formais de ensino não é suficiente para garantir seu empoderamento pleno. Como discutido por Pessoa (2019), a forma como o currículo é estruturado e implementado pode sustentar estereótipos de gênero em vez de desafiá-los. A educação formal muitas vezes reflete as desigualdades de poder existentes na sociedade, e sem uma abordagem crítica, as instituições podem inadvertidamente perpetuar normas discriminatórias. Isso é observável na representação desigual de gêneros em campos de estudo



tradicionalmente masculinos, como as ciências exatas e engenharias, onde as mulheres ainda se deparam com barreiras significativas em termos de acesso e sucesso.

Além disso, a análise destaca a importância de se criar ambientes educacionais inclusivos, onde mulheres de diversas identidades e origens possam se sentir representadas e apoiadas. Um estudo de Graupe e Grossi (2014) indica que a ausência de políticas efetivas para lidar com questões como assédio, discriminação racial e de gênero nas instituições de ensino, contribui para a evasão escolar entre mulheres, particularmente aquelas de grupos minoritários. “Assim, para que a educação formal seja um verdadeiro agente de empoderamento, é essencial abordar essas lacunas e implementar políticas que promovam a inclusão e a diversidade”. (GRAUPE e GROSSI, 2014, p. 107)

Outra descoberta relevante é o papel dos professores e administradores escolares no processo de empoderamento. A formação crítica dos educadores é crucial, como apontado por Silva, Rossato e Oliveira (2024), ao afirmarem que "professores conscientes de seu papel socioeducativo podem mediar de forma eficaz a desconstrução de estereótipos e promover uma educação mais equitativa e inclusiva". Programas de formação que incentivem práticas pedagógicas centradas em igualdade de gênero são vitais para transformar a educação formal em um espaço verdadeiramente emancipatório.

Em conclusão, a análise do impacto da educação formal sobre o empoderamento feminino indica que, embora seja uma poderosa ferramenta de transformação social, sua eficácia depende de sua evolução contínua enquanto estrutura crítica e inclusiva. As instituições educacionais devem se comprometer não apenas com o acesso, mas com a qualidade e a equidade da educação que fornecem. Isso implica não apenas repensar conteúdos curriculares, mas também reformular práticas institucionais que assegurem a participação plena e igualitária das mulheres em todos os aspectos da vida acadêmica e social. A educação formal, assim, tem o potencial de ser não apenas um mecanismo de avanço, mas um motor de mudança para uma sociedade mais justa e igualitária (SILVA, ROSSATO e OLIVEIRA, 2024. p. 455).

## 5.2 IMPACTO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

A análise dos resultados, considerando o impacto da educação não formal, revela que essa modalidade educativa desempenha um papel substancial e complementar ao formal na promoção do empoderamento feminino. A educação não formal, caracterizada por sua flexibilidade e capacidade adaptativa às realidades específicas das mulheres em suas comunidades, emerge como uma estratégia poderosa para o desenvolvimento de habilidades práticas e sociais que frequentemente não são contempladas no currículo formal.



Para Souza et al (2023) uma característica central da educação não formal é sua capacidade de responder rapidamente às necessidades locais e contextuais, oferecendo um aprendizado mais personalizado e imediato. Comparado ao sistema formal, a educação não formal é frequentemente entregue em ambientes menos hierárquicos, o que pode proporcionar uma experiência de aprendizado mais inclusiva e empática. Essa forma de educação geralmente abrange atividades como oficinas, cursos de curta duração, programas de treinamento comunitário e grupos de apoio, que são cruciais para facilitar o acesso das mulheres ao conhecimento prático e ao desenvolvimento pessoal.

Santos (2020) destaca que, no contexto brasileiro, programas de educação não formal têm se mostrado eficazes na habilitação das mulheres para o empreendedorismo, liderança comunitária e participação política. Isso se deve à sua capacidade de operar fora dos constrangimentos do ensino convencional, permitindo a criação de espaços de educação mais acessíveis e menos formais. Outra vantagem vital da educação não formal é sua capacidade de criar e sustentar redes de apoio entre as participantes. Essas redes são descritas por Cunha (2019, p. 58) como "um elemento crítico na promoção do empoderamento coletivo," uma vez que permitem que as mulheres compartilhem experiências, recursos e estratégias para superar desafios comuns, fortalecendo assim a sua capacidade de ação conjunta.

Para Monteiro e Villa Verde (2022), essa solidariedade é frequentemente motivadora, encorajando as participantes a acreditar em suas capacidades e a perseguir mudanças significativas em suas comunidades. Contudo, apesar de suas inúmeras vantagens, a educação não formal enfrenta limitadores que impactam seu potencial total. A sustentabilidade e consistência de programas educacionais não formais dependem frequentemente de financiamento limitado e apoio variável de *ONGs* e iniciativas públicas. Além disso, a legitimidade das credenciais adquiridas em contextos não formais pode ser questionada em mercados de trabalho formais e instituições educacionais, perpetuando um tipo de marginalização que minimiza os esforços de aprendizado e desenvolvimento obtidos por meio dessas vias.

Diante disso, a análise aponta para a necessidade de um reconhecimento e valorização maiores da educação não formal por parte das políticas públicas e estruturas sociais. Essa integração institucional potencializaria não apenas a legitimidade dos certificados emitidos por educação não formal, mas também atrairia mais investimentos para ampliar e sustentar esses programas. A colaboração entre os setores formal e não formal é essencial para maximizar os benefícios educacionais para as mulheres. Das atividades de campo observadas e analisadas, o alinhamento e a reciprocidade entre as modalidades permitem um continuum educacional que fortalece capacidades individuais e



coletivas, criando um impacto multiplicador na vida das mulheres e suas comunidades.

Em síntese, a educação não formal possui um papel significativo no fortalecimento e empoderamento feminino, servindo como uma ponte crucial entre o aprendizado teórico e a aplicação prática em ambientes do dia a dia. Para que as mulheres alcancem uma completa autonomia e cidadania ativa, é imperativo que essa forma de educação seja reconhecida e apoiada de maneira integral. Este passo não só valoriza o aprendizado diversificado que as mulheres adquiriram, mas também solidifica sua posição como agentes de mudança capazes de influenciar positivamente suas próprias vidas e as de suas comunidades. A valorização conjunta da educação formal e não formal é, portanto, um alicerce vital para a promoção de uma sociedade mais equitativa e justa. (Monteiro e Villa Verde, 2022)

### 5.3 OBSTÁCULOS E DESAFIOS ENCONTRADOS

Apesar dos avanços evidenciados no impacto positivo da educação formal e não formal na promoção do empoderamento feminino, a análise dos resultados destaca a persistência de obstáculos significativos que ainda precisam ser enfrentados. Esses desafios são complexos e interconectados, influenciando inúmeras facetas da vida das mulheres e limitando seu acesso e progresso educacional. Isso posto, inferimos que um dos desafios mais evidentes diz respeito às barreiras socioeconômicas enfrentadas por muitas mulheres no Brasil. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2021, a pobreza ainda é um dos principais fatores que restringem o acesso das mulheres à educação. As desigualdades econômicas afetam diretamente a capacidade das mulheres de frequentarem escolas e cursos adicionais, uma vez que a falta de recursos pode obrigar muitas a priorizarem trabalhos mal remunerados ou labores domésticos em detrimento da educação.

As responsabilidades domésticas e de cuidados também representam obstáculos significativos, principalmente para as mulheres de classes socioeconômicas mais baixas. Elas costumam assumir a maior parte do trabalho não remunerado em suas famílias, o que reduz o tempo disponível para a participação em cursos educacionais. Estudos realizados por Gomes (2020) revelam que "a carga de trabalho doméstico é um importante vetor de desigualdade na educação", afetando diretamente a capacidade das mulheres de buscar e concluir estudos formais e não formais. Dessa forma temos de igual modo outro desafio crítico é a discriminação de gênero e a violência de gênero, presentes tanto em contextos domésticos quanto institucionais. No ambiente educacional, casos de assédio, preconceito e discriminação continuam a ocorrer, muitas vezes não sendo reportados devido a um clima de impunidade e falta de suporte institucional, como destacado por Silva Mendes (2022). Estes fatores acabam por criar um ambiente hostil que desmotiva e afasta as mulheres de prosseguir em suas



jornadas educacionais.

A análise dos resultados também destaca a necessidade de reformulação das práticas curriculares para além da mera inclusão de mais mulheres em cursos tradicionalmente dominados por homens. A abordagem frequentemente superficial das questões de gênero em currículos formais falha em enfrentar as raízes das desigualdades sistêmicas. Educadores e administradores muitas vezes não são treinados adequadamente para abordar a diversidade e a igualdade de forma direta e eficaz, tornando-se um desafio substancial para a transformação educacional no sentido de uma maior equidade de gênero. Além disso, Souza et al (2023), ponderam que as restrições culturais e normas sociais, que perpetuam estereótipos de gênero patriarcais, são barreiras invisíveis, mas poderosas, contra a educação feminina. Mulheres enfrentam dificuldades em desafiar papéis tradicionais esperados por suas famílias e comunidades, o que frequentemente resulta em dilemas internos e pressões sociais que desencorajam a busca ativa por experiências educacionais transformadoras. (SOUZA et al, 2023, p. 6).

Por fim, a falta de políticas públicas robustas e de incentivo podem ser vistas como um dos maiores desafios na promoção da educação como ferramenta de empoderamento. As políticas educacionais que falham em proporcionar suporte financeiro, logístico e psicológico adequado às mulheres, especialmente aquelas de comunidades remotas ou marginalizadas, perpetuam as desigualdades existentes, como aponta Brasília (2025). A superação desses desafios exige estratégias multifacetadas, que incluam o aumento do investimento em políticas de igualdade de gênero na educação, a promoção de ambientes de aprendizagem inclusivos e equitativos, e o fortalecimento de redes de suporte para mulheres em ambientes educacionais e comunitários. Somente por meio de um esforço coordenado e sustentado pode-se vislumbrar um futuro em que a educação de qualidade esteja efetivamente ao alcance de todas as mulheres, permitindo-lhes não apenas sonhar, mas realizar plenamente seu potencial.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve como objetivo investigar a relevância essencial da educação formal e não formal no empoderamento das mulheres, enfatizando sua contribuição para a autonomia e a busca pela igualdade de gênero em diferentes contextos. A análise evidenciou tanto as oportunidades quanto as limitações dessas modalidades de ensino, ressaltando a necessidade de estratégias inovadoras e integradas para enfrentar os desafios identificados. A educação formal, embora vital para o desenvolvimento de competências acadêmicas e profissionais, enfrenta o desafio de não apenas



garantir o acesso, mas também de promover um ambiente realmente inclusivo e equitativo. É necessário reavaliar elementos institucionais e curriculares para evitar a continuidade das desigualdades de gênero, que são frequentemente exacerbadas por barreiras culturais e sistêmicas. As reformas são essenciais para que os currículos e as práticas pedagógicas demonstrem um compromisso genuíno com a equidade, conforme apontado por diversos pesquisadores envolvidos na análise.

A educação não formal se destaca por sua habilidade em oferecer um caminho adicional, muitas vezes mais alinhado às necessidades das mulheres. Com sua natureza flexível e comunitária, ela se configura como um espaço crucial para o desenvolvimento de habilidades sociais e práticas, promovendo o empoderamento por meio do fortalecimento de redes de apoio e da superação de situações locais desafiadoras. Porém, é fundamental que esses programas assegurem a sustentabilidade e o reconhecimento formal para potencializar o seu impacto.

Os desafios identificados são as desigualdades socioeconômicas, os encargos domésticos desproporcionais, a discriminação e a ausência de políticas públicas específicas, as barreiras concretas que exigem intervenções abrangentes e bem coordenadas. A superação dessas barreiras requer não apenas melhorias no setor educacional, mas também ações intersetoriais que integrem saúde, desenvolvimento econômico e igualdade de gênero nas políticas públicas. As conclusões finais enfatizam a urgência de investimentos em educação que promovam uma transformação social genuína e a erradicação de práticas discriminatórias.

Se faz necessário que pontuemos também que é essencial a relevância do engajamento das comunidades na construção de ambientes que promovam o respeito mútuo e a igualdade de gênero. As famílias, por sua vez, devem ser capacitadas para apoiar as metas educacionais de suas filhas, enquanto governos e organizações não governamentais podem unir esforços para fortalecer iniciativas que abrangem o setor educacional e além.

Para que a educação funcione como um instrumento eficaz de empoderamento, ela precisa não ser apenas acessível, mas também significativa e transformadora. Essa transformação exige um diálogo contínuo entre as diversas partes interessadas e um comprometimento firme de todos os setores para fomentar ambientes educacionais que celebrem a diversidade e capacitem todas as mulheres a atingir seu pleno potencial. Como indicado nas contribuições de Freire e outros estudiosos brasileiros indicados ao longo do estudo, o futuro da educação em relação ao empoderamento feminino depende de sua habilidade de evolução e se adaptar às realidades dinâmicas enfrentadas pelas mulheres atualmente e no futuro. Assim sendo acreditamos que a educação continua a ser um dos pilares mais importantes para a transformação da sociedade em um espaço equitativo e inclusivo. Para isso, é vital



que ela avance na direção dos princípios de igualdade que defende. A efetivação desses princípios pode não apenas mudar a vida das mulheres individualmente, mas também contribuir para a construção de um futuro mais luminoso e justo para todos.



## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Revisão de políticas públicas para equidade de gênero e direitos das mulheres. Brasília: TCU, 2025. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2025/02/Revisão-de-Políticas-Públicas-sobre-as-Mulheres-3-1.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

COLLINS, P. H. Pensamento feminista negro: a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CUNHA, M. G. Redes de apoio e empoderando empreendedoras e líderes. Disponível em: <https://rhpravoce.com.br/colab/rede-de-apoio-feminino-emponderando-empreendedoras-e-lideres>. Acesso em: 1 abr. 2025.

FERNANDES, C. Figuras da causação: as novinhas, as mães nervosas e mães que abandonam os filhos. Rio de Janeiro: Telha, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/BnxBpTCND9pcqxJkYsQSRpH/?lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2025.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2017.

GOHN, M. G. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, L. Desigualdade de gênero e educação: o impacto das responsabilidades domésticas. Revista Gênero e Educação, v. 32, n. 1, 2020. Disponível em: [https://generoeducacao.org.br/wp-content/uploads/2016/12/generoeducacao\\_site\\_completo.pdf](https://generoeducacao.org.br/wp-content/uploads/2016/12/generoeducacao_site_completo.pdf). Acesso em: 30 mar. 2025.

GRAUPE, M. E.; GROSSI, M. P. Desafios no processo de implementação do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) no estado de Santa Catarina. Poiésis, Tubarão, v. 8, n. 13, p. 104-125, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/index>. Acesso em: 6 abr. 2025.

HADDAD, S. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, n. 14, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2025.

HOOKS, B. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013. Disponível em: [https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/bell\\_hooks\\_-\\_Ensinando\\_a\\_Transgredir\\_1.pdf](https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/bell_hooks_-_Ensinando_a_Transgredir_1.pdf). Acesso em: 10 abr. 2025.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Relatório anual de educação. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf). Acesso em: 29 mar. 2025.

LIMA, M. C. Programa Mulheres Mil: impacto e desafios. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, v. 5, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT>. Acesso em: 4 abr. 2025.

MENDES, M. C. S. Ser professor e atratividade pela carreira docente: representações sociais de estudantes concluintes do ensino médio. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49485>. Acesso em: 11 abr. 2025.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2018.

MONTEIRO, A. N.; VILLA VERDE, R. G. Panorama das desigualdades de gênero em números e perspectivas. Revista de Gênero, Sexualidade e Direito, v. 8, n. 2, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/9175>. Acesso em: 4 abr. 2025.

PESSOA, R. P. Currículo e gênero: perspectivas e desafios. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 31, n. 23, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/369463793\\_Revista\\_Brasileira\\_de\\_Estudos\\_Pedagogicos](https://www.researchgate.net/publication/369463793_Revista_Brasileira_de_Estudos_Pedagogicos). Acesso em: 4 abr. 2025.

SANTOS, T. S. Educação não formal e participação social. São Paulo: Cortez, 2020.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SILVA, C. B.; ROSSATO, L.; OLIVEIRA, N. A. S. A formação docente em história: igualdade de gênero e diversidade. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, p. 453-465, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 29 mar. 2025.

SMITH, J. et al. Percepção dos mediadores de espaços de educação científica não formal sobre seus conhecimentos nas diferentes etapas de desenvolvimento profissional. Investigações em Ensino de Ciências, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 308-331, 2023. Disponível em: <https://ienci.ifrgs.br/index.php/ienci/article/view/3207/863>. Acesso em: 11 abr. 2025.

SOUZA, M. et al. Discursos de gênero nos livros introdutórios à psicologia do desenvolvimento. Psicologia Escolar e Educacional, v. 27, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/5nzc6wJhy6p9wDqyMPkjR7v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2025.